

PMDB não apóia medida que reajusta Previdência

Por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O ex-governador Waldir Pires, companheiro de chapa do deputado Ulysses Guimarães na sucessão presidencial, afirmou ontem que a Medida Provisória nº 63, que reajusta a contribuição previdenciária, não contará com o apoio do PMDB no Congresso Nacional. "O PMDB deve derrotar o Governo na votação da nova alíquota da Previdência. O partido não pode apoiar isso, somos contra", afirmou Waldir, que já foi ministro da pasta.

O candidato à vice-presidência da República disse que lutará muito para que o partido derrote a Medida Provisória. Ele acredita que o PMDB terá força suficiente para que isso ocorra. Quanto ao deputado Ulysses Guimarães, afirmou ser claro que a posição do candidato tem de ser a mesma do vice. Segundo a assessoria de Waldir, Ulysses Guimarães disse no último domingo em Cáceres, no interior do Mato Grosso, que o PMDB não pode concordar com a desvinculação das pensões ao salário mínimo, e também com o aumento das contribuições feitas pelos segurados, conforme prevê a Medida Provisória.

"O país tem na Previdência Social um dos seus últimos instrumentos de distribuição de renda", afirmou Pires. Segundo ele, a ques-

tão da Previdência será levada aos palanques pemedebistas desta forma, como uma tese de distribuição de renda. Para Pires, a solução seria o Governo "pagar o que deve" à instituição. Ele afirmou que essa dívida está em torno de NCz\$ 22 bilhões. A Previdência também poderia melhorar sua receita em cima do faturamento e do lucro das empresas, conforme prevê a Constituição, acrescentou.

"Se Ulysses Guimarães está contra, nós também estamos contra", afirmou o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), ao discutir o destino da Medida Provisória nº 63. Ele salientou, porém, que vai discutir a medida. O líder pemedebista na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), definiu ontem os nomes do PMDB que integrarão a comissão que dará parecer sobre a constitucionalidade da medida. Um dos parlamentares é o deputado Antônio Britto (RS).

"Politicamente a medida está condenada", afirmou o deputado gaúcho. "Não acredito que passe qualquer mecanismo que desindecise o aumento dos trabalhadores da ativa do aumento dos aposentados", acrescentou. Ele, no entanto, disse que a rejeição da medida deixaria o Congresso com um ônus: o de votar mecanismos que resolvam a crise que a Previdência está enfrentando.